



ANA MARIA CAMPOS  
anacampos.df@dabr.com.br

## TCDF suspende licitação das obras no Teatro Nacional

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou a suspensão da licitação para a segunda e a terceira etapas da reforma do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Está em questão a restauração do Espaço Cultural Dercy Gonçalves, da Sala Alberto Nepomuceno e da Sala Villa-Lobos. O valor estimado da obra é de R\$ 315,6 milhões. Depois de análise técnica, o TCDF constatou falhas no instrumento de convocação das empresas interessadas no serviço com potencial para comprometer a continuidade da disputa. Será necessário fazer ajustes no regime de contratação, detalhar os custos, revisar os critérios de qualificação técnica e reavaliar a matriz de riscos. A medida, segundo o TCDF, tem como foco garantir que a vencedora da licitação mantenha os padrões já utilizados, especialmente em relação ao sistema de climatização, para que a manutenção do teatro ocorra facilmente a longo prazo.



Minervino Júnior/CB/D.A Press

### Restrição de competitividade

Na análise do edital, o corpo técnico do TCDF também entendeu que os atestados de capacidade técnica exigidos das concorrentes podem restringir a competitividade, limitando o número de empresas interessadas em participar da licitação. A Novacap também deverá especificar as possíveis situações que podem causar aumento de custos inesperados (como mudanças nos preços de serviços ou materiais), os responsáveis por esses custos, além de fazer ajustes nos termos do contrato para compensar mudanças ou até mesmo a revisão contratual.

### Representantes do governo federal, sindicatos e GDF discutem reajuste da segurança

Nesta semana, saiu a primeira reunião do fórum de negociação para o reajuste das forças de segurança pública do DF. As diretorias do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF) e do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Sindep-DF) participaram de reunião convocada pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI). O encontro marcou o início das tratativas formais entre representantes sindicais, governo federal e GDF sobre o reajuste salarial da categoria, após o governador Ibaneis Rocha encaminhar sua proposta.



Divulgação/Sinpol

### Continua depois do carnaval...

O secretário de Economia do DF, Ney Ferraz, apresentou, oficialmente, ao fórum, a proposta de reajuste para as forças de segurança. A reunião foi conduzida pelo secretário de Trabalho do MGI, José Lopez Feijó, figura central nas últimas negociações que resultaram no aumento salarial concedido aos policiais civis do DF. A continuidade das negociações está prevista para depois do carnaval, quando os debates deverão ser aprofundados.

### Manzoni quer dar o direito aos pais de educarem conforme suas convicções

O deputado Thiago Manzoni (PL) apresentou proposta de emenda à Lei Orgânica (PELO) para garantir a liberdade educacional, de forma que pais e responsáveis possam educar seus filhos de acordo com suas convicções morais e religiosas. O foco da proposta é a "autonomia dos pais", que garante a esses responsáveis o direito de autorizarem ou vetarem a participação dos filhos em atividades escolares que envolvam temas religiosos ou morais. Dessa forma, busca-se fortalecer o papel das famílias na formação educacional de seus filhos, assegurando um ambiente onde as convicções individuais sejam respeitadas.



Figueiredo/CLDF

### Respeito à folia

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) colocou na rua os blocos *Não levante a mão pra mim, Respeita a minha folia, Criança não trabalha e Folia consciente*. Os slogans fazem parte da campanha para o carnaval, que está sendo exibida em estações do metrô e pontos de grande circulação do Distrito Federal, como hospitais públicos e feiras.

### Primeira Infância em Foco

O Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO) lançaram, ontem, a segunda edição do livro *A Primeira Infância e os Tribunais de Contas*. A publicação aborda temas como a invisibilidade de crianças indígenas, quilombolas e com deficiência; desigualdades no acesso a serviços essenciais; e insegurança alimentar entre brasileiros de zero a seis anos. O evento contou com a presença dos conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) Renato Rainha e André Clemente, que reforçaram o compromisso da Corte na fiscalização das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes no DF, com enfoque especial no combate à violência infantil. Com 271 páginas, a obra reúne artigos de autoridades, como o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, o ministro da Educação, Camilo Santana, além de cientistas renomados, como o vencedor do Prêmio Nobel James Heckman e o pediatra Jack Shonkoff, de Harvard. Também traz entrevistas feitas por auditores com mães em situação de vulnerabilidade pelo país.



Divulgação/TCDF

"Nós não aceitamos que a Câmara dos Deputados coloque Eduardo Bolsonaro de forma alguma como presidente da Comissão de Relações Exteriores. Ele ia usar a instituição Câmara dos Deputados para articular contra o Brasil. É isso que eles estão fazendo"

Deputado Lindbergh Farias (PT-RJ),  
líder do PT na Câmara dos Deputados



Ed Alves/CB/D.A Press

"Estão tornando opositores inelegíveis". Assim denunciei para os conservadores do mundo a nova estratégia da esquerda para se perpetuar no poder. Perseguem Jair Bolsonaro não só por vingança, mas também por razões políticas, tal qual Donald Trump sofreu nos EUA a lawfare"

Deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP)



Reprodução/YouTube/Câmara dos Deputados



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

A primeira condenação do país com base na nova legislação ocorreu no Distrito Federal. Daniel da Silva Vitor foi condenado a 43 anos de prisão pelo assassinato da companheira Maria Mayanara, em novembro de 2024

# Lei mais dura com feminicidas



» CARLOS SILVA  
» LETÍCIA MOUHAMAD

O Tribunal do Júri de Samambaia condenou Daniel Silva Vitor, de 43 anos, pelo feminicídio de Maria Mayanara Lopes Ribeiro, 21. A pena foi fixada em 43 anos e 4 meses de prisão, em regime fechado, sem possibilidade de recurso em liberdade. Essa foi a primeira condenação no Brasil com base na Lei nº 14.994/2024, conhecida como "Pacote Antifeminicídio", que endureceu as penas para esse tipo de crime.

Maria Mayanara foi assassinada em 14 de novembro de 2024, no assentamento Leão Judá, em Samambaia. De acordo com a família, na noite do crime, Daniel chegou embriagado em casa e viu Maria falando ao telefone. Foi então que, num ataque de fúria, começou a espancar a vítima. A mãe dela, que era a pessoa na ligação, ouviu os gritos de desespero da filha, segundo contou o irmão da

Reprodução/Redes Sociais



Daniel Silva é o primeiro autor de feminicídio a ser condenado pela legislação mais severa

jovem ao **Correio**, à época do caso.

O homem passou a golpear a jovem com uma faca, momento no qual ela, tremendo pela segurança dos filhos — que presenciaram toda a cena — o arrastou para fora da casa. Daniel, no entanto, continuou a esfaqueá-la no rosto e

Rede sociais



Maria Mayanara foi esfaqueada pelo companheiro na frente dos dois filhos e do irmão pequeno

pescoço. O assassino fugiu antes da chegada da polícia e só foi encontrado cinco dias depois. Maria foi socorrida por vizinho, mas não resistiu aos ferimentos e morreu, antes mesmo de chegar ao hospital. As agressões que levaram à morte da jovem foram presenciadas por

crianças. Duas delas, de um e de três anos, filhos dela, e outra de oito anos, irmão da vítima. O júri reconheceu três agravantes que elevaram a pena do réu: a crueldade do crime, a condição da vítima como mãe de duas crianças e o fato de o feminicídio ter ocorrido na presença dos filhos.

### Punições mais severas

A condenação é considerada um marco na aplicação da Lei nº 14.994, sancionada em outubro de 2024. A norma transformou o feminicídio em um crime autônomo, elevando a pena mínima de 12 para 20 anos e a máxima, para 40 anos de prisão. Além disso, o pacote legislativo também ampliou as penas para crimes como lesão corporal, injúria, calúnia e difamação, quando cometidos em contexto de violência contra a mulher.

A presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar da OAB-DF, Cristina Tubino, ressaltou que a nova legislação complementa a Lei Maria da Penha, que tem um caráter principalmente preventivo. "A Lei Maria da Penha não é uma lei punitiva, mas sim, voltada à proteção da mulher, estabelecendo medidas preventivas contra a violência doméstica e familiar. A nova legislação, por outro lado, vem reforçar essa proteção ao garantir punições mais severas para os agressores", pontuou.

Tubino, no entanto, ressaltou que o endurecimento das penas nem sempre resulta na redução dos crimes de feminicídio. "Existem vários estudos que concluem que a aplicação de sanções mais

severas não necessariamente diminui o cometimento de crimes. A pena tem uma dupla finalidade: punir quem comete um crime bárbaro e prevenir novos crimes. No entanto, apenas penas mais duras podem não ser suficientes para evitar o feminicídio", analisou.

Para a especialista, é necessário investir em medidas preventivas e educativas que ataquem a raiz do problema. "Muitas vezes, medidas de prevenção demandam mais tempo e mais esforços, mas são essenciais. Precisamos de campanhas de educação para crianças desde a infância, ações para mudar a forma como esses homens enxergam as mulheres e promover a equidade de gênero. Porque quando uma pena é aplicada, o crime já aconteceu. Essa mulher já morreu e não voltará mais. O ideal é que esses crimes não ocorram", afirmou.

Dados do Painel de Feminicídios da Secretaria de Segurança Pública do DF mostram que, em 2023, foram registrados 30 casos desse tipo de crime, um aumento de 67% em relação a 2022, quando 18 mulheres morreram devido à condição de gênero. No ano passado, foram 23, a maioria dos crimes ocorreu dentro de casa, com uso de arma branca e motivação relacionada a ciúmes.